

DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL

**THE EUROPEAN
PARLIAMENT, DEAR
COLLEAGUES, IS
UNDER ATTACK.
EUROPEAN
DEMOCRACY IS
UNDER ATTACK.**

Lúcia López Arana writes about the corruption within the European Parliament and its threat on European democracy.



A Queda "del Castillo"

Por João Dias

A Eutanásia em Portugal

Por Sofiya Koval

Incels: A Culture of Hate

By Joana Fernandes

EDIÇÃO XVII

Dezembro de 2022







CONTEÚDO

06

LÁ FORA

Secção dedicada a assuntos internacionais.



41

CÁ DENTRO

Secção dedicada a assuntos nacionais.



50

A MEU VER

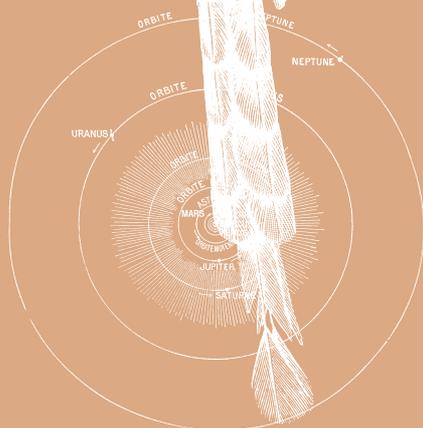
Secção dedicada à opinião.



60

(CRIA)TIVIDADE

Secção dedicada à expressão criativa.



ÍNDICE

João Dias "A Queda "del Castillo""

Lucía López Arana "The European Parliament, dear colleagues, is under attack. European democracy is under attack."

Cristian Bancu "Roménia: 104 anos da Grande União"

Matilde Barata "Covid Zero: Prevenção ou controlo?"

Isabella Baltazar "A soberania, a democracia e o veneno da impunidade"

Diogo Moreira "Em perigos e guerras esforçados"

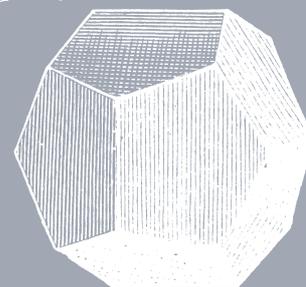
Sofiya Koval "A Eutanásia em Portugal"

Nada El-Majri "The Swimmers"

Joana Fernandes "Incels: A Culture of Hate"

Natacha Pernas "Portugal: que futuro?"

Inês Sousa "Verrschneite Tage: neve em Konstanz"



A Queda "del Castillo"

POR JOÃO DIAS



José Pedro Castillo Terrones é um professor e líder sindical marxista que alcançou proeminência na greve de professores de 2017. Castillo concorreu à presidência pelo partido Perú Libre e ganhou as eleições em 2021 contra a filha do ex-presidente Alberto Fujimori. De origem humilde, Castillo iniciou a sua carreira na política em 2002 pelo partido Perú Posible, mas não tinha exercido nenhum cargo político até 2021. Com a greve dos professores em 2017, durante o governo de Pedro Pablo Kuczynski, Castillo ganhou destaque ao procurar aumentar os salários, pagar a dívida social, revogar a Lei da Carreira de Professor Público e aumentar o orçamento do sector da educação. Castillo teve o apoio daquela que seria a sua futura adversária no pleito de 2021 e de muitos apoiantes do "Fujimorismo" que pretendiam desestabilizar o governo de Kuczynski na altura.

LÁ FORA

Foi, porém, na fatídica tarde de 7 de dezembro de 2022, que Castillo, até então presidente da República do Peru, TENTOU decretar a dissolução do parlamento peruano e estabelecer um novo governo de emergência excepcional para que pudesse haver a possibilidade de novas eleições parlamentares no Peru. Castillo pediu que todos aqueles que tivessem em sua posse armamento ilegal o entregassem ao exército e convocou ainda uma nova assembleia constituinte de modo a que pudesse ser elaborada uma nova constituição para o Peru, deixando para trás a constituição Fujimorista de 1993.

Contudo, a “*castillada*” foi por água abaixo. Sem nenhum apoio dos militares e numa tentativa um quanto que desesperada, Castillo fez o seu pronunciamento do Palácio do governo, lugar em que seria preso 2 horas depois da sua declaração. Castillo foi preso e destituído do seu cargo pelo Congresso peruano, que não obedeceu à ordem do presidente por este não deter “capacidade moral” para exercer o cargo. O processo de destituição de Castillo estava a ser debatido e avaliado pelo Congresso há algum tempo, sendo que o Congresso tentou por duas vezes destituir o presidente, embora sem sucesso.

Porém, na última semana, devido a investigações do Ministério Público Peruano sobre possíveis esquemas de corrupção em que Castillo faria parte, outra moção de destituição foi apresentada no parlamento peruano contra o presidente.

Guillermo Oliveira, advogado de Pedro Castillo, disse que o ex-presidente “*não se lembra do discurso golpista*” e afirmou à Agence France-Presse (AFP) que Castillo “*estava sob a influência de algum sedativo*”. O ex-chefe de gabinete do presidente Castillo disse haver “*indícios*” de que Castillo “*foi obrigado a ler*” o texto. “*Quem redigiu o texto o fez com o objetivo de dar argumento para o impeachment, porque até então não tinha os votos no Congresso*”, declarou. Porém, ainda não existem evidências concretas dessas afirmações.

Mas como foi possível chegarmos a esse ponto? Bem, no Peru, as destituições de presidentes e dissoluções do Congresso são mais comuns do que possa parecer. Sendo que, pela quarta vez em quatro anos, teremos outra figura a comandar o Peru que não foi eleita para o cargo mais alto do país. Isto porque a história constitucional peruana dos últimos 25 anos, desde Alberto Fujimori a Martín Vizcarra, é complexa e cheia de desavenças.

LÁ FORA

Pela lei peruana, o presidente pode “dissolver o Congresso se este tiver censurado ou negado sua confiança a dois gabinetes”, e portanto, com a terceira moção de censura para destituição do cargo, Castillo estava dentro da lei quando decidiu dissolver o Congresso. Essa lei vem da constituição de 1993 de Alberto Fujimori que foi presidente do Peru entre 1990 e 2000. Fujimori é uma figura um tanto quanto controversa na política peruana, pois embora tenha conseguido, durante os seus dois mandatos, estabilizar a macroeconomia do país, o período autoritário do seu governo, juntamente com escândalos de corrupção e violação de direitos humanos no país, decretaram a sua queda e eventual prisão no fim do segundo mandato em 2000, com muitos peruanos a considerá-lo no fim como um ditador.

A polémica constituição de 1993 está relacionada com o período designado por especialistas como o “Autogolpe de 1992”, onde o então presidente Alberto Fujimori, que pretendia fazer reformas económicas sem o empecilho do Congresso e do Senado, decide abolir de vez a câmara alta legislativa do país e dissolver o Congresso.

Ao contrário de Castillo, Fujimori tinha apoio dos militares e ordenou que estes enviassem tanques ao Congresso para fechá-lo. Quando os senadores tentaram continuar a sua sessão, os militares utilizaram o meio da força para retirá-los do local com bombas de gás-lacrimogêneo.

A constituição Fujimorista, promulgada em 1993 permite que o presidente tenha o poder de dissolver o congresso e convocar novas eleições após a votação de duas moções de censura ao presidente pelos deputados. Contudo, o erro – e ilegalidade – de Castillo foi justamente o estabelecimento de uma nova constituinte após a dissolução do congresso, poder este que não cabe ao presidente. O Congresso, que desobedeceu às ordens de Castillo, votou a favor do seu “Impeachment” por 101 votos a favor, 6 contra e 10 abstenções.

Existem especulações de que, antes de ser detido, Castillo tentou buscar asilo na embaixada do México em Lima na tentativa de escapar a uma possível prisão, e estaria a caminho da embaixada quando foi interceptado por forças de segurança. A verdade é que na quinta-feira após a prisão de Castillo, o secretário de relações exteriores do México, Marcelo Ebrard, explicou nas suas redes sociais, via Twitter, que Castillo pediu oficialmente asilo ao governo mexicano.



***The European Parliament,
dear colleagues, is under
attack. European
democracy is under
attack.***

BY LUCÍA LÓPES ARANA



"The European Parliament, dear colleagues, is under attack. European democracy is under attack". With these words began the response of the president of the European Parliament, Roberta Metsola, to the scandal already known as Qatargate, an alleged attempt to bribe members linked to the European institutions by the small Gulf country - and which also affects Morocco - with the aim of gaining greater influence in European decisions.

Qatargate became publicly known after the first revelations of the Belgian newspaper 'Le Soir' and the weekly 'Knack' on Friday, December 9, 2022, a date that would mark a very hard month of December for European democracy.

It can be said that the European institutions and their workers were already used to receiving external lobbyists of all kinds - Brussels is the second city in the world with the highest number of lobbies: there are 11,000 lobbies to which embassies must also be added - , but until now none had allowed themselves to be corrupted to the point of crossing the limits of the fundamental values on which the European Union is based, such as the rule of law, democracy and human rights.



LÁ FORA

This corruption case has highlighted the need to reinforce two main issues: firstly, the commitment of the European Union to human rights and the total rejection of decisions contrary to human dignity, such as omitting the violation of human rights in Qatar by accepting its (attempted) influence on the institutions; and secondly, the mechanism of transparency in Europe. So far, the biggest implicated in the scandal, seriously threatening Europe's reputation, is the now former Vice-President of the European Parliament, Eva Kaili, who was even voted person of the year 2011 in the German magazine "Der Spiegel".

Kaili's career in politics began in her youth when she decided to join the Panhellenic Camp of Militant Students and the Youth of PASOK, the social democratic party of Greece. In 2007, at the age of 29, Kaili was elected MP with PASOK Social Democrats in the Greek Parliament and with this formation she was elected MEP in 2014. Her political career took a further leap at the beginning of 2022 when she was elected vice-president of the European Parliament, but her rise turned out to be nothing more than a leap into the void since, at the end of the year, she would end up betraying the institution.



After the scandals that stunned the whole of Europe, the President of the European Parliament, Roberta Metsola, suspended Kaili from her functions as an MEP and she was removed from the group of European social democrats - "we are also victims", said Iratxe García Pérez, the president of the S&D Group - and from PASOK, with whom she had had a tense relationship for some time.

According to the PASOK president, Nikos Andrulakis, Kaili acted as "a Trojan horse of the conservatives", emphasizing the tense situation she maintained with the party. In the same way, it could be said that Kaili also acted as a Trojan horse at the international level sent from Doha to Brussels, exposing how Qatar "is a leader in human rights" or how it was the "perfect example of sports diplomacy", hiding the lack of protection of human rights in the country.

Kaili is scheduled to appear before the judge on December 22, after not having been able to appear previously due to a civil servants' strike. The council chamber of the Brussels Court of First Instance investigating the alleged corruption scandal will then make a decision. For the moment, she maintains that the relations with Doha were professional and within the European strategic framework regarding the countries of the Gulf. Furthermore, Kaili says she was unaware of the funds found in her home, and in a suitcase carried by her father.

LÁ FORA

However, the declarations of her partner – also arrested – last December 15, exonerate her from the case. Francesco Giorgi, a parliamentary assistant, confessed to the Belgian judicial authorities that, as suspected, he was part of an organization that worked to influence European institutions in favor of Qatar, and also Morocco, in exchange for bribes. Giorgi pointed to Pier Antonio Panzeri as the mastermind of the operation. Panzeri is a former Italian socialist MEP and head of the NGO Fight Impunity which, according to the investigation, was financed by donations from the countries involved in exchange for fulfilling their part of the deal and favoring these countries in Europe.

An interesting fact is that the organization, founded in 2019 – to which Panzeri was dedicated full time after his passage in the presidency of the subcommittee on human rights of the Parliament – has in its honorary board relevant figures in Italian politics, such as Emma Bonino, former Italian foreign minister, and Federica Mogherini, former high representative of the Union for Foreign Affairs, although none of these honorary members had executive or managerial functions.

Giorgi also declared two more possible suspects: the Belgian Marc Tarabella and the Italian Andrea Cozzolino, both MEPs. However, the list of suspects is longer and there are several speculations in the international press.

At the moment there are three arrested: Kaili, Giorgi and Panzeri. At least 1.5 million in cash were found by the Belgian police in searches of their homes.

Also involved in the investigation is the NGO "No Peace Without Justice", which has had its activities suspended. Its head, Nicollo-Figa Talamanca, has been released with an electronic bracelet.



LÁ FORA

Europe's response to the whole scandal has been categorical. "There will be no impunity," said Metsola in her speech. The European Union is now working to implement a new package of measures aimed at strengthening transparency mechanisms in the institutions with respect to three dimensions: the corrupt, those who corrupt and the structures that facilitate corruption. These include the review of relations and friendship groups with third countries to avoid foreign interference in their policies, and the introduction of strict transparency registers to detect "bad apples" within the institutions.

It is certainly a pity that the reputation and values that have been built up in Europe for years have been seriously affected in a case of corruption that some see as an isolated case and others as the tip of the iceberg. "For four people the damage is done to the institution" commented Javier Moreno, president of the Spanish Socialist delegation in the European Parliament.

Be it four, five or many more, what is clear is that there is a lot of work ahead to strengthen transparency mechanisms in the European Union.

Some are even proposing a new institution to watch over future cases because, unfortunately, corruption is not an uncommon practice in politics, so the response - to which the Metsola Parliament is more than willing - has to be forceful, firm and with zero tolerance to any kind of interference.



Roménia: 104 anos da Grande União

POR CRISTIAN BANCU



A 1 de Dezembro celebraram-se os 104 anos da Grande União dos Principados Romenos. Os Romenos saíram à rua para comemorar a ideia apaixonada de “Rumanidade” e encheram as margens da Avenida Regele Mihai I al României para presenciar a parada militar que atravessou (por baixo d) o Arco do Triunfo. Mas o orgulho nacional que preenchia o coração dos romenos rapidamente desvaneceu com o findar do dia, transformando-se, qual metamorfose, em vergonha nacional, por vezes desprezo e, não menos raro que isso, ódio. A que se deve este fenómeno? Talvez a História ajude a explicar.

Dácia teve a feliz ou infeliz fortuna de se cruzar com Trajano em 101d.C, tendo sido derrotada pelos romanos em duas fortes campanhas cujos relatos vitoriosos podem ser presenciados na Coluna de Trajano. Como em qualquer outra colónia romana, o Império procedeu à romanização dos povos conquistados.



LÁ FORA



Todavia, a Dácia não foi conquistada por inteiro, sobrevivendo aos dias de hoje muito daquilo que era a identidade dos geto-dácios. Aquando das invasões bárbaras sobre o Império Romano, muitos ou atravessaram ou se estabeleceram na atual Roménia, deixando os seus rastros e fundando reinos. Os Hunos, os Gépidas, os Ávaros, Eslavos e Cumanos, entre outros que por lá passaram, explicam, em parte, os rastros de influência linguística germânica, turca e eslava que, misturada com o latim, originaram a bela e interessante língua romena que hoje temos.

Na Idade Média, as tribos foram constituindo-se em ducados e, posteriormente, em principados - a Transilvânia, a Valáquia de Basarab I, e a Moldova de Dragoş. Enquanto principados independentes, a Valáquia e a Moldova travaram inúmeras batalhas contra os Otomanos para impedir a expansão do Islão para lá do Danúbio. Uma floresta de turcos empalados está, aliás, por detrás da lenda de Vlad, o Drácula. Contudo, a queda do Império Romano do Oriente e o forte avanço turco pela Europa adentro fez com que a Valáquia e a Moldova se tornassem estados suseranos do Império Otomano, isto é, vassalos com uma certa autonomia interna e períodos de independência, isto ao longo dos séculos XV e XVI.

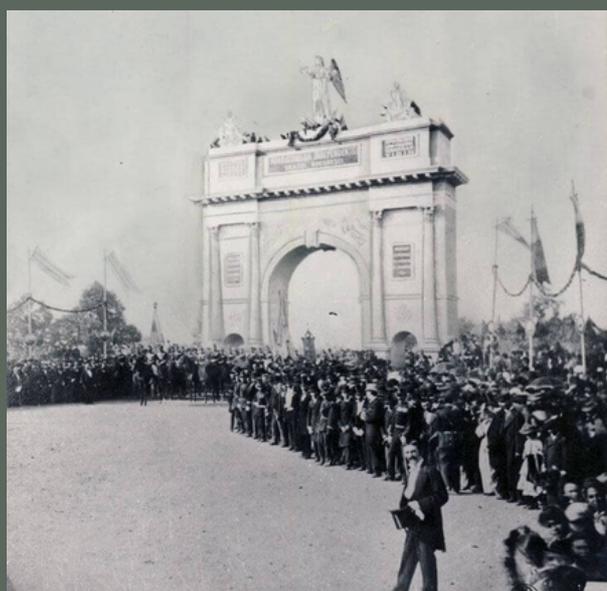
LÁ FORA

O Império Russo integra no seu vasto território a Bessarábia (parte oriental de Moldova) em 1812 e a Austro-Hungria anexa a Transilvânia ao seu território em 1867. No mesmo espaço de tempo, mais precisamente em 1848, inicia-se entre os povos romenos a chamada “*Renascença nacional da Roménia*”, fortemente influenciada pelas revoluções liberais e nacionalistas do século XIX. Com o apoio de Napoleão III e com o enfraquecimento dos Otomanos, em 1858 Alexandru Ioan Cuza foi escolhido como Senhor da Valáquia e Moldova, doravante chamada Roménia, entidade essa que passou a Reino da Roménia em 1877 com a coroação de Carlos I, príncipe alemão da casa de Hohenzollern.

Em menos de cinquenta anos, a Roménia viu o seu território duplicar com o fim da Primeira Guerra Mundial, reavendo a Bessarábia aos Russos e a Transilvânia aos Húngaros. É então no ano de 1918 que se dá uma sequência de acontecimentos onde, região a região, a Roménia vê aumentar o seu território e, menos de um mês depois do armistício, reúnem-se, em Alba Iulia, mais de mil delegados oficiais de todas as regiões da Transilvânia e cerca de cem mil Romenos para assistir à “*Grande Assembleia Nacional*”. Nesta, toma-se a decisão de secessão do território das rédeas da Monarquia Austro-Húngara e a união desta com a Roménia, assinada e proclamada a 1 de Dezembro (no novo calendário).

“A partir de agora, por mais que os poderes do mundo decidam, a nação romena está determinada a perecer, do que sofrer mais escravatura e enforcamento.”

O período entreguerras não foi fácil para o mundo sócio-político da nova e bela Grande Roménia. Assolada por uma classe política extremamente corrupta, a nação enfrentava vários movimentos anti-sistema. Por um lado, havia quem desejasse, junto de D. Carlos II, um papel mais ativo da Casa Real. Por outro lado, os ventos vermelhos do Leste atravessavam clandestinamente as paixões dos associados do Comintern. Ao mesmo tempo, em resposta ao crescimento do Comunismo, a Guarda de Ferro surge como alternativa política, alimentando o medo ao Comunismo e às pretensões estrangeiras sobre o território romeno, especialmente as judaicas. O movimento assumidamente antisemita e anti-magyar cresceu, e muito, com a Grande Crise.



LÁ FORA

Em 1938, para evitar um governo que integre membros da Guarda de Ferro, o rei Carlos II destituiu o governo e instaurou uma ditadura real de curta duração. Passados dois anos, a 6 de Setembro de 1940, o rei abdica em resultado das perdas territoriais de 1940 (Bessarábia e Bucovina de Norte para a URSS e o Norte da Transilvânia para a Hungria) e deixa como chefe de estado o marechal Ion Antonescu e no trono o seu filho Miguel, acabado de sair da minoridade, com nenhum poder real. Entre 1941 e 1944, Antonescu conduz o país como ditador militar. Aquilo que Carlos II tentou evitar revelou-se inevitável dado que os partidos políticos não se quiseram aliar a Antonescu, este indo buscar à Guarda de Ferro membros para integrar as alas do seu governo. Como o leitor pode imaginar pela natureza ideológica da Guarda de Ferro, a Roménia lutou ao lado de Hitler na Segunda Guerra Mundial até Agosto de 1944 quando Miguel, junto dos partidos de oposição, destituiu Antonescu e a armada romena passou do lado dos Aliados.

Dois anos do fim do grande conflito e a Roménia proclama-se como República Popular Romena, forçando Miguel a abdicar. Este ato político não foi expressão de uma vontade popular, livremente expressa, mas resultado de um diktat de um grupo político, nomeadamente o comunista, que iria levar a Roménia a um estado de obediência à URSS e transformando-a num estado totalitário.

A 13 de Abril de 1948 assina-se a primeira constituição do período comunista da Roménia, onde constava a ilegalização e punição de qualquer associação de “*caráter fascista ou antidemocrático*”, tendo em conta a interpretação soviética da palavra “Democracia”. A mesma ainda garantia a liberdade de imprensa, de expressão e de associação, mas apenas “*para aqueles que trabalham*”. Procedeu-se, evidentemente, à coletivização agrícola, às nacionalizações e à perseguição religiosa, liquidando-se a Igreja Romena Unida com Roma, Greco-Católica, e unindo-a à Igreja Ortodoxa Romena. O processo de “russificação” estava em marcha, alterando a história, os valores, os símbolos, a língua, et cetera. Stalin considerava que os romenos eram eslavos desnaturalizados e portanto era necessário libertá-los da romanização que sofreram.

“*Stalin și poporul rus, libertate ne-au adus.*”
(Stalin e o povo russo, liberdade nos trouxeram)

Gheorghe Gheorghiu-Dej, um estalinista duro, não alinhava muito com as reformas de Nikita Khrushchev e com o processo de “destalinização” que o próprio pretendia seguir a partir de 1956. Este entendia que as reformas “liberais” de Khrushchev minariam a autoridade do regime. Ao mesmo tempo, Dej tomou medidas de reforço do caráter nacional, limitando as influências da cultura russa no país: a língua russa, por exemplo, deixou de ser obrigatória no currículo escolar.

LÁ FORA

Anos mais tarde, surge a figura política de Nicolae Ceaușescu como presidente do PCR (Partido Comunista Romeno) em 1965 e Chefe de Estado em 1967. A imediata condenação da invasão da Checoslováquia por parte dos tanques soviéticos em 1968 e um alívio da repressão interna causou uma boa impressão do ditador tanto no leste como no ocidente e reforçou a posição de “individualidade” da nação romena na maré vermelha à direita da Cortina de Ferro. Ceaușescu apostou imenso no desenvolvimento da indústria pesada, num ritmo aceleracionista que desprezava a indústria dos bens de consumo, como Ion Maurer (Primeiro-ministro 1961-1974) o avisou; desenvolveu a infraestrutura férrea do país; concedeu, em certa medida, trabalho e habitação para os seus concidadãos; e foi o único país a alguma vez liquidar a sua dívida externa, na primavera de 1989. Ceaușescu endividou o país para fomentar o desenvolvimento económico de tal maneira que se viu na impossibilidade de honrar o pagamento das dívidas.

Com a ajuda do FMI e através de negociações com os credores, foi possível sair da situação de crise. Porém, a humilhação a Ceaușescu foi tanta que este tomou a decisão de pagar, na totalidade, a dívida externa do país.

E assim o fez. A partir de 1982, tudo o que a Roménia produziu de bom era exportado. A dívida externa foi paga na totalidade, mas a que custo?

LÁ FORA

Os produtos de estrita necessidade eram racionalizados, a poupança da energia era encorajada através de qualquer meio (o fornecimento de eletricidade falhava quase diariamente), e a qualidade de vida geral estava numa contínua descida.

A crescente austeridade do líder socialista deveu-se, em grande parte, à visita oficial que o mesmo fez à Coreia do Norte em 1971, onde ganhou uma grande admiração pela ideia de “transformação nacional total” e pelo culto à pessoa. As contínuas vagas de repressão política eclodiram na Revolução de 1989, onde o ditador e a sua mulher foram executados no dia de Natal, marcando, simbolicamente, a mudança de regime.

Trinta anos de democracia e o que temos? Temos um país cuja dívida externa cresceu exponencialmente a partir de 1990, um país conhecido pela sua corrupção, com um sistema de saúde e de ensino débil, infraestruturas frágeis e perigosas, vendido às forças estrangeiras de exploração do capital.

Durante toda a sua história, o povo romeno viu-se total ou parcialmente subjugado a forças estrangeiras, desde os Romanos às tribos invasoras, os Turco-Otomanos e Russos, os Húngaros e os Soviéticos, e isto os envergonha. Mas a União parece fazer sentido, uma esperança de liberdade e independência que não finda. Se calhar, é isso que define a “Rumanidade”. Se calhar, ser livre e independente é deixar de ser Romeno.



"In memoriam daqueles que sendo obrigados a trabalhar para este edifício, crendo em Deus e na Pátria, e tendo a consciência inflexível e um sentimento profundo, lutaram com a ajuda das suas palavras ditas ou escritas, com as ações e com as armas pela Liberdade e contra o Comunismo. Erguemos-lhes esta cruz pelos sofrimentos, pelos sacrifício e supremo sacrifício em sinal da crença pela qual lutaram. Glória eterna!

Associação dos Ex-detidos políticos"



"Que este símbolo cristão lembre no futuro os erros comunistas que fizeram com que nestas terras históricas o belo assentamento que foi a Comuna Câmpu lui Neag desaparecesse para todo o sempre."



Covid Zero: Prevenção ou controlo?

POR MATILDE BARATA

As cidades chinesas de Pequim, Xangai e Wuhan, têm sido palco de protestos contra a política “Covid Zero”, implementada por Xi Jinping. Os manifestantes questionam o prolongamento das restrições, sendo o descontentamento social que se sente nas ruas fruto das rígidas políticas do governo aplicadas desde o começo da pandemia.

Os confinamentos drásticos provocaram consequências graves na vida dos cidadãos, sobretudo a nível económico, visto que o nível de vida da população diminuiu drasticamente. O governo de Xi Jinping justifica as medidas intransigentes com a densidade populacional do país e com os diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões.

No Ocidente as campanhas de vacinação foram um veículo para o alívio das medidas relacionadas com a COVID-19. Contudo, na China, o cenário é bastante diferente porque, mesmo com o aparecimento da vacinação, o governo insistiu no confinamento total como forma de conter os cidadãos.

LÁ FORA

A campanha de vacinação não está a ser eficaz, uma vez que há uma grande dificuldade em alcançar todas as camadas da população. As vacinas utilizadas na China provaram ser menos eficazes, comparativamente às que são utilizadas na Europa ou nos Estados Unidos. A seleção de vacinas poderá ser baseada em questões políticas, podendo ser encarado como uma perda de poder e nível internacional.

Não havendo uma imunidade de grupo, o governo opta por medidas restritivas, como é o caso da mais recente “Covid Zero”. Estas políticas censuram a população. Devido a esta realidade, são os jovens que têm sido líderes das manifestações espalhadas um pouco por todo o país, afirmando que não tencionam desafiar o governo ou o presidente, mas sim contestar as medidas que, camufladas pelas políticas da “Covid Zero”, condicionam os direitos e as liberdades individuais. Os manifestantes exibem folhas brancas, uma alusão à censura exercida pelo regime, que elimina das redes sociais conteúdos suscetíveis de denegrir a sua imagem.

Os jovens universitários são provavelmente as maiores vítimas da COVID-19. Para além de se distanciarem das suas metas a nível pessoal e profissional, alguns, que têm de sair das suas cidades de origem para estudar, ficam por vários meses fechados em dormitórios e denunciam a escassez de bens de primeira necessidade, designadamente de produtos alimentares ou medicamentos. Os mais novos vêm-se obrigados a lutar por mais liberdade.

Após fortes pressões, o governo cedeu, aliviando as restrições. Porém, as autoridades mantêm-se atentas no sentido de evitar protestos e, em casos mais extremos, chegaram a deter pessoas que saíram à rua para se manifestarem. Deu-se, aparentemente, uma vitória da população que já não aguentava confinamentos, centros de quarentena e testes diários.

As excessivas restrições, em relação à política “Covid Zero”, devem-se à necessidade que o governo tem em controlar os cidadãos. A cultura de vigilância em ambiente público está a aumentar, sobretudo em regimes autoritários, como é o caso da China.



LÁ FORA

A questão não se resume à vigilância pública. O ambiente privado é igualmente explorado pelo poder político. No decurso do confinamento pela pandemia de Covid-19 o governo chinês instalou câmeras de vigilância, sem prévio anúncio, à porta das pessoas que estavam a cumprir a quarentena obrigatória.

Para além das câmaras, o governo desenvolveu uma aplicação que contém um QR Code com uma determinada cor, conforme os sintomas que as pessoas registam. A cor verde serve para os que não precisam de se isolar, o amarelo indica quem deve cumprir 7 dias de isolamento e, por fim, o vermelho é para aqueles que têm de cumprir 14 dias de isolamento. A coberto de uma suposta estratégia de combate ao avanço da pandemia no país, o comportamento das autoridades levanta sérias preocupações éticas.

Estas medidas são claramente elucidativas das intenções das autoridades chinesas – controlar e abafar vozes anti-regime. O posicionamento do povo chinês pode ser visto como um possível teste à liderança de Xi Jinping e a longo prazo, o desafio passará por analisar as consequências políticas do alívio de restrições na China.

A pretexto de razões de segurança e proteção dos cidadãos, as autoridades têm vindo a implementar sistemas de vigilância em espaços públicos e meios de transporte, colocando a privacidade dos cidadãos em risco. O governo garante como finalidade principal a segurança dos cidadãos, não deixando, ainda assim, de ser preocupante o risco de atentado à liberdade individual.





A soberania, a democracia e o veneno da impunidade

POR ISABELLA BALTAZAR

A descoberta de esquadras clandestinas chinesas, em setembro, tem causado, no mínimo, desconforto nas forças políticas e policiais dos Estados alvos desses esquemas.

A denúncia destas esquadras foi feita pela Organização Safeguard Defenders, uma organização não lucrativa em prol dos direitos humanos. Até aos dias de hoje, foram descobertas 102 esquadras clandestinas em 53 países diferentes, abrangendo países como os EUA, o Canadá e até a Sérvia e Roménia. A maior parte situa-se na Europa, com a Espanha e a Itália a somarem o maior número de delegações.

O que torna este tema alarmante é o propósito destes centros. A sua função é o controle de dissidentes chineses e coação ao retorno para a China. Entre Abril de 2021 e Julho de 2022 cerca de 230.000 alegados fugitivos foram “persuadidos” a regressar para território chinês.



LÁ FORA

Os relatos de queixas incluem ameaças de retaliação aos familiares, repatriamento à força, prisão de concidadãos e até identidades falsas de pessoas que morriam.

No final de Outubro a China negou as acusações alegando que essas esquadras eram, na verdade, centros de serviço estabelecidos para apoiar os cidadãos chineses que não conseguem retornar à China por conta da pandemia de Covid-19, com serviços como a renovação da carta de condução, oferecendo também exames médicos. Mesmo com essa justificação o porta-voz chinês ainda considerou necessário afirmar que houve sempre pleno respeito pela lei internacional e soberania judicial dos outros países.

No entanto no dia 14 de Dezembro o Ministério dos Negócios estrangeiros em Pequim veio admitir a existência destas esquadras de polícia no estrangeiro mas “sem atividade policial”, negando novamente as acusações e reforçando as justificativas previamente dadas, o porta-voz acrescentou que estas esquadras foram criadas “por grupos de chineses apaixonados no exterior” e são dirigidas por “voluntários comprometidos com a diáspora chinesa e não por agentes da polícia chinesa”.

A incoerência das explicações dadas, próprias de regimes autocráticos que sentem-se exageradamente confortáveis ao desrespeitar democracias e a soberania territorial de outros Estados, expõe-se principalmente no facto de que algumas destas esquadras terem sido criadas em 2016, muito antes do início da pandemia.

A resposta a essa ameaça por parte das potências democráticas infelizmente não tem demonstrado consistência ou uniformidade. A Comissão Europeia, por exemplo, aconselhou os Estados a investigarem a existências destas esquadras, o resultado foi um contraste entre a Itália que foi acusada de “fechar os olhos” para a existência destas delegações clandestinas alegando ter descoberto apenas uma esquadra credível e alimentando as suspeitas que que o país foi usado como cobaia de teste para esse esquema; e a Alemanha que acusa altos funcionários de prestar assistência para a promoção da ideologia e política do governo chinês. Nesta perspectiva, a Itália está a ser censurada por ser o elo fraco nos esforços europeus para combater a influência chinesa.

Esta estratégia chinesa é uma tentativa afrontosa de envenenar as democracias com valores autocráticos e um completo desrespeito à soberania territorial, colocando em causa inclusive o poder dos Estados de concederem asilo político.

LÁ FORA

Considerando que a postura chinesa demonstra uma certa despreocupação com as consequências de tais atos, a resposta das democracias à existência dessas esquadras ilegais deveria demonstrar que não existe impunidade por parte da comunidade internacional para o desrespeito a qualquer tipo de soberania dos Estados.

A falta de escrúpulos chinesa demonstra o perigo de uma abordagem sutil para conseguir influência não apenas no ocidente mas em todo o mundo, uma influência que do ponto de vista dos direitos mais básicos e liberdades mais fundamentais é extremamente maléfica e muitas vezes não é tratada com a seriedade que é necessária para proteger esses valores. Tomar certos valores como garantidos já está a ter um custo muito pesado para todo o ocidente com a guerra na Ucrânia, o que mais seria preciso para tirar as democracias da inação e da comodidade perante tais ameaças? Ignorar o perigo que estas esquadras clandestinas apresentam seria apenas mais uma escolha irresponsável e representaria mais uma vez a falha do ocidente em defender os valores que supostamente são a base fundamental das nossas democracias.



Em perigos e guerras esforçados

POR DIOGO MOREIRA



O sol causa um calor sufocante, a terra cor-de-laranja, árida e seca por debaixo dos pneus das viaturas que passam, HMMWVs (leia-se, Humvees) e URO VAMTACs brancos tingidos de laranja (do imenso pó do solo, claro está) e com inscrições a negro: “U.N.”, destacando que, quem aqui vai, parte em missão da ONU. Dentro das viaturas vão homens e mulheres altamente treinados e bem equipados, com botas também tingidas de laranja, como toda a farda. Na cabeça a proteção que não pode faltar de um capacete modular, o colete tático que protege os órgãos vitais, mochilas e bolsas de primeiros socorros. O armamento é novo. Recentemente, estes soldados trocaram as suas velhas G3 por SCARs-L de última geração, o 7,62mm a ser posto de parte pelo 5,56mm.

CÁ DENTRO

Assim se apresentam os Paraquedistas e Comandos portugueses que têm composto as Forças Nacionais Destacadas (FND) para a República Centro-Africana (RCA) desde 2017, como parte da MINUSCA, uma operação de paz multidimensional com o objetivo de proteger civis dentro deste país contra o crescente controlo de milícias armadas. A MINUSCA constituiu-se em 2014, enquadrando-se no âmbito das Operações de Manutenção de paz da ONU para promover um ambiente seguro e o restabelecimento da ordem e da paz no território da RCA. As tarefas desta missão incluíam a proteção de civis, a facilitação de iniciativas de assistência humanitária, proteção de pessoal e instalações da ONU e proteção e promoção de direitos humanos naquele país.

O Estado português incumbiu-se de participar nesta missão, normalmente com uma companhia (unidade militar que compreende entre 120-180 praças, sargentos e oficiais), atuando como Quick Reaction Force (QRF), que, no caso específico deste teatro de operações (TO), denomina-se Portuguese Quick Reaction Force (PRTQRF), geralmente formada por 3 pelotões/grupos de combate e respetivos apoios necessários ao bom funcionamento da QRF.

As missões dos contingentes portugueses são claras e simples: operando a partir de Bangui, terão de proteger a população do país, efetuando patrulhas de segurança, conduzir operações de reconhecimento e vigilância, recolher informação, responder de forma reativa a crises e oferecer proteção a outras entidades. São conhecidas as suas ações em vídeos e reportagens feitas nas pequenas vilas e aldeias da RCA, demonstrando os militares em patrulhas, operações de reconhecimento, algumas trocas de tiros, tanto em ambiente urbanizado como no mato.

Os soldados que compõem estas FNDs fazem parte de tropas especiais portuguesas, muito experientes e bem equipadas, ambas parte da Brigada de Reação Rápida do Exército Português: os Paraquedistas são uma das tropas mais bem preparadas de que dispõe o exército. Nas últimas décadas participaram em missões em vários TOs como a Bósnia, Timor-Leste, Afeganistão, Kosovo e agora a RCA. A capacidade rápida de projeção destes militares, que se caracterizam como uma força de infantaria ligeira, dá-lhes a versatilidade de desempenhar missões de diferentes índoles.

CÁ DENTRO

Atualmente existem dois batalhões operacionais de infantaria paraquedista, ambos já destacados para a RCA: O 1º Batalhão (1BIPara), sediado em Tomar, no Regimento de Infantaria nº 15 (RI15) e o 2º Batalhão (2BIPara), em São Jacinto, no Regimento de Infantaria nº10 (RI10). Tanto um como o outro, segundo as tabelas organizacionais, são compostos por cerca de 500-600 militares, no entanto os ativos verdadeiros são muito menores do que isso, sendo formados por uma Companhia de Comando e Apoio (CCA) e três companhias de atiradores. Nas FNDs para a RCA, os efetivos compõem uma companhia de atiradores.

Os Comandos são infantaria ligeira de elite, com vocação e foco em operações de carácter ofensivo convencionais, e atualmente sediados no Regimento de Comandos na Serra da Carregueira onde se situam as 3 companhias de Comandos existentes. Também são tropas que se caracterizam pela sua eficácia, com reconhecimento histórico pela sua presença no Ultramar e em várias missões da NATO, ONU e UE nas últimas décadas. As duas primeiras FNDs para esta missão eram formadas por uma companhia de comandos. Para além destas unidades, a Força Aérea Portuguesa também se encontra presente nestas FNDs com militares do Tactical Air Control Party (TACP) destacados para oferecer apoio às restantes tropas da QRF.

PORTUGAL



CÁ DENTRO

Atualmente já vamos na 12ª FND na RCA, composta por 215 militares maioritariamente do 1º BI Para comandadas pelo Tenente Coronel (TCor) Nuno Laranjeiro Neto, que partiu em novembro deste ano, substituindo a 11ª FND de 180 militares que lá se encontrava desde Abril, comandados pelo TCor Prata Pinto. Há quase 6 anos que Portugal envia as suas tropas para a RCA, sendo 12 as forças nacionais que já foram destacadas para este TO.

Grande parte da população desconhece a missão e presença das nossas forças armadas num país tão longínquo, com os nossos soldados a passarem 6 meses das suas vidas num TO com maior combate do que em outros teatros em que o exército português esteve presente. Não são raras as imagens de combate em aldeias, contra as milícias armadas que aterrorizam a população do país, com trocas de tiros no mato, emboscadas sofridas pelas colunas de viaturas em deslocações, a presença dos nossos soldados ao lado da população, oferecendo proteção e ajudando com apoio humanitário, cuidados médicos e havendo até espaço para momentos de diversão com os locais, que reconhecem a importância da presença dos portugueses ao serviço da ONU e o quanto estes ajudaram a melhorar a vida nas vilas e aldeias da região, expulsando e combatendo as milícias armadas da ex-Séléka.

Estas milícias operavam e dominavam praticamente todo o país, à exceção da capital Bangui e de algumas grandes cidades, sendo maioritariamente ex-membros da antiga Séléka, um grupo de milícias rebeldes que subjugaram a República Centro Africana em 2013. Após 2015, o governo centro-africano não tinha qualquer controlo no país para além da sua capital, permitindo às milícias armadas de controlar várias aldeias e vilas, havendo lordes locais a quem os cidadãos tinham de obedecer e pagar impostos ilegais, ao mesmo tempo lucrando com o comércio ilegal e extorquindo a população.

Para além dos portugueses estarem integrados na MINUSCA, também fazem parte da EUTM RCA (European Union Training Mission) no âmbito da UE, que visa treinar e preparar as forças armadas centro-africanas, ajudando a reformar o seu setor de segurança e defesa nacional para que possam fazer face às dificuldades criadas pelos grupos rebeldes. Recentemente a ONU aprovou, em sede de Conselho de Segurança com 12 votos a favor e 3 abstenções – duas dessas a China e a Rússia – o alargamento da missão durante mais 1 ano, prorrogando a presença da MINUSCA e dos seus 17 420 militares e policiais na RCA até novembro de 2023, mantendo as mesmas missões prioritárias de ajuda humanitária, apoio ao processo de paz e proteção de civis.

CÁ DENTRO

Com o trabalho que as nossas FNDs têm vindo a desenvolver e as missões que têm vindo a cumprir, os grupos rebeldes têm sido expulsos das várias zonas do país que controlavam, especialmente no sul do país, em regiões perto de Bambari e Bangassou. A missão na RCA é um exemplo da eficácia das tropas portuguesas no cumprimento das suas missões e é a garantia de que as forças armadas portuguesas são úteis na manutenção da paz em qualquer parte do mundo. Dentro da MINUSCA, as forças portuguesas são aquelas com mais potencial para participar no TO, e têm sido garantes e contribuintes para a estabilização e segurança do país, ajudando o povo da República Centro-Africana. É importante darmos valor aos nossos soldados e militares que tanto sacrificam em prol de uma missão nobre como a de proteger não só os portugueses mas, como vemos nas missões no estrangeiro, todas as pessoas que necessitam da proteção das Forças Armadas portuguesas para o seu bem-estar.





A Eutanásia em Portugal

POR SOFIYA KOVAL

O que é a Morte Assistida?

A morte assistida é um procedimento que leva à morte de um doente por sua vontade, através da eutanásia ou do suicídio assistido.

A palavra eutanásia tem origem grega. O prefixo “eu” significa “boa” e o sufixo, “thanatos”, significa morte. Assim, o termo traduz-se em “boa morte” e remete para o ato de tirar a vida a alguém por solicitação, de modo a pôr fim ao seu sofrimento. Trata-se do ato de um profissional de saúde, que num enquadramento legal, acolhe o pedido expresso do doente e administra uma substância que provoca a morte.

O suicídio assistido difere do conceito anterior, é o próprio doente que, por seu desejo, põe fim à sua vida, consumindo fármacos letais, com o auxílio de um terceiro, geralmente um profissional de saúde.

Morte medicamente assistida em Portugal

Em Portugal, a morte assistida não está definida como um crime nesses termos. Contudo, a punição está prevista em três artigos do Código Penal, nos artigos 133º, 134º e 135º que dizem respeito a homicídio privilegiado (art. 133º); homicídio a pedido da vítima (art. 134) e incitamento ou auxílio ao suicídio (art. 135º).

Com o objetivo de despenalizar quem pratica a morte assistida, têm existido vários projetos-lei e alterações ao longo do tempo, tendo voltado constantemente ao Parlamento.

Evolução do debate em Portugal

O debate no parlamento sobre a despenalização da morte assistida não é recente, iniciando-se em 2016, com a entrega de uma petição a favor deste processo na Assembleia da República. Entre 2017 e início de 2018, surgiram os primeiros “esboços” sobre este tema no parlamento. Os primeiros quatro projetos-lei, apresentados pelo PS, Bloco de Esquerda, PAN e PEV (este último que, na altura, ainda tinha representação parlamentar) acabaram por ser rejeitados na generalidade, por não terem alcançado os 116 votos necessários.

Após as eleições legislativas de 2019, os mesmos partidos lançaram novas iniciativas legislativas. Estas propostas já contavam também com a participação da Iniciativa Liberal, eleita nas referidas eleições.

Em 2020, os deputados aprovaram, pela primeira vez, na generalidade, os diplomas sobre o tema. Em janeiro de 2021 deu-se a votação final global e o texto de substituição foi aprovado por maioria.

O diploma do Parlamento foi então enviado para o Presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa considerou que os critérios para a prática legal da eutanásia e os conceitos de - "sofrimento intolerável" e "lesão definitiva de gravidade extrema de acordo com o consenso científico" - estabelecidos no artigo 2º deste texto, eram “altamente indeterminados”. Por isso, enviou o diploma para o Tribunal Constitucional para a fiscalização preventiva da sua constitucionalidade.

O Tribunal Constitucional acabou por dar razão ao chefe de Estado português e considerou a lei inconstitucional por apresentar uma “insuficiente densidade normativa”. Com esta consideração, o Presidente da República vetou o diploma, tendo sido o primeiro veto relativo a este assunto.

Para superar este aspecto alegado pelo Tribunal Constitucional, os mesmos partidos acordaram um novo “*texto base*”. As alterações incluíam um novo artigo inicial para clarificar alguns conceitos, entre os quais, o de “*lesão definitiva*”.

O novo decreto foi aprovado no Parlamento com maioria e a lei foi enviada novamente para o Presidente da República. Este apontou que o legislador deve escolher entre “*doença só grave*”, a “*doença grave e incurável*” e a “*doença incurável e fatal*” e sublinhou que se o processo não for apenas para aqueles casos com doenças terminais e a permissão da morte assistida for estendida a outras situações, isso poderá não corresponder ao “sentimento dominante da sociedade portuguesa”. Assim, a lei foi devolvida ao parlamento, mas não foi promulgada. Foi a segunda vez que o decreto foi vetado.

Com o chumbo do Orçamento de Estado para 2022, o Parlamento foi dissolvido em novembro de 2021 e os novos projetos relativos a este tema só começaram a ser desenvolvidos após as eleições legislativas antecipadas para janeiro de 2022. As novas propostas já não contavam com a participação do PEV, dada a perda da representação parlamentar.



CÁ DENTRO

As propostas do PS, BE, PAN e IL foram aprovadas na Assembleia da República a 9 de junho deste ano. O Chega lançou um projeto de resolução, pedindo a realização de um referendo sobre a despenalização da morte medicamente assistida. Este acabou por ser rejeitado com 71 votos a favor, 147 contra e 2 abstenções.

O texto de substituição foi concluído em outubro no grupo de trabalho da morte medicamente assistida e aprovado na especialidade no dia 7 de dezembro, tendo seguido para votação final global dois dias a seguir.

No que consiste o texto de substituição?

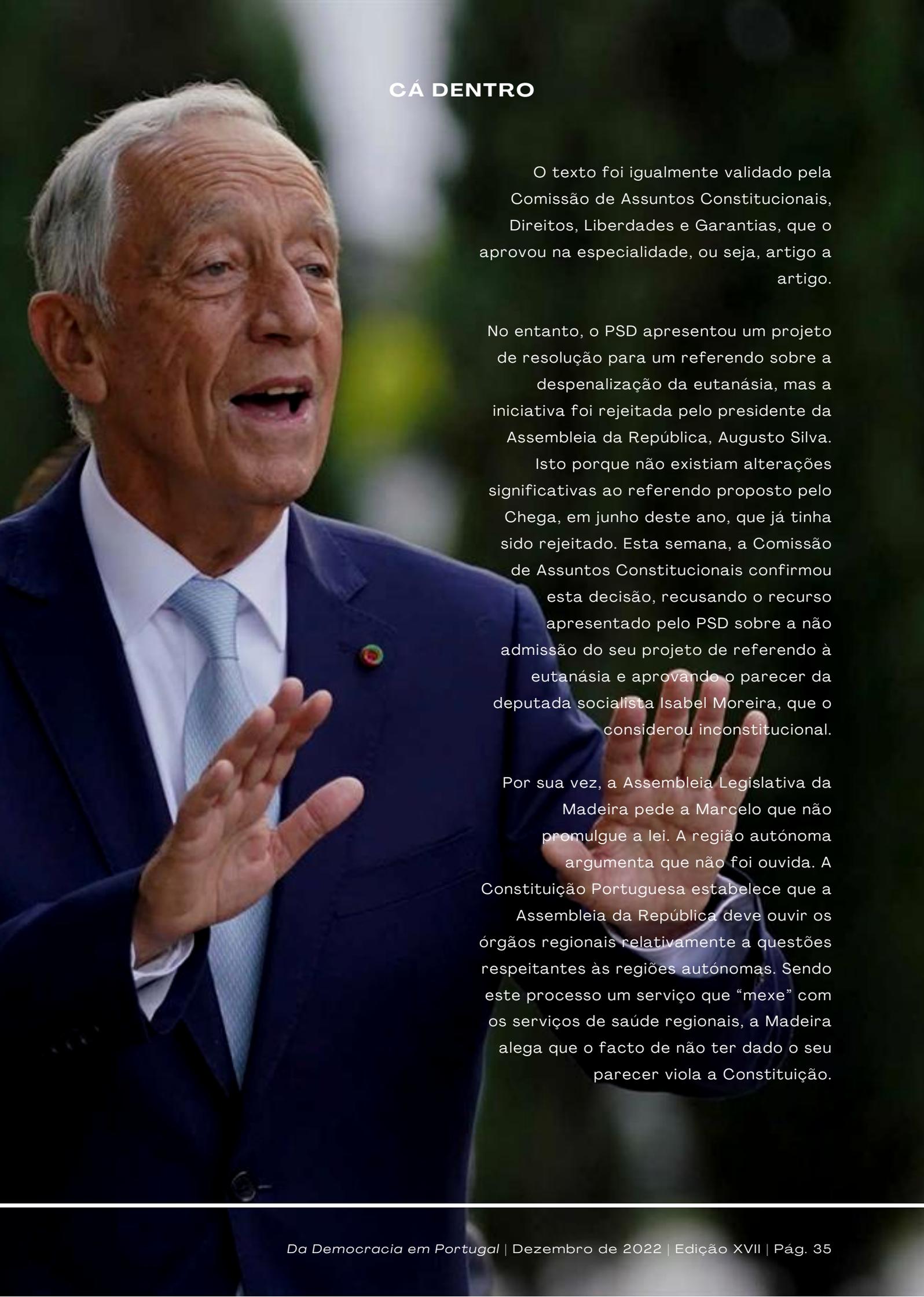
Este texto que se encontra agora em cima da mesa já não exige que se trate apenas de uma doença fatal para que este processo não seja considerado crime. Este estabelece que a "morte medicamente assistida não punível" ocorre "por decisão da própria pessoa, maior, cuja vontade seja atual e reiterada, séria, livre e esclarecida, em situação de sofrimento de grande intensidade, com lesão definitiva de gravidade extrema ou doença grave e incurável, quando praticada ou ajudada por profissionais de saúde". Esta decisão pode ser concretizada através do suicídio assistido ou da eutanásia. O processo pode ser interrompido se, durante o mesmo, o requerente ficar inconsciente.

O tempo para a realização do procedimento também é estabelecido neste texto, exigindo-se um prazo mínimo de dois meses desde o início até à concretização efetiva do método. Além disso, a disponibilização do acompanhamento psicológico é igualmente obrigatória, algo que não constava na versão anterior.

Caso existam dúvidas por parte dos médicos sobre a capacidade da pessoa para "solicitar a morte medicamente assistida" ou "admitam que a pessoa seja portadora de perturbação psíquica ou condição médica que afete a sua capacidade de tomar decisões", é necessário o parecer de um médico especialista em psiquiatria. A Comissão de Verificação e Avaliação dos Procedimentos da Morte Medicamente Assistida deve elaborar igualmente um parecer.

Em que fase se encontra o processo?

O texto, que tem por base projetos de lei do PS, BE, IL e PAN, foi a votação final global no dia 9 de dezembro de 2022, tendo sido aprovado. Os votos a favor foram da maioria do Partido Socialista, da Iniciativa Liberal, do Bloco de Esquerda, dos deputados únicos do PAN e do Livre e de seis deputados do PSD.



CÁ DENTRO

O texto foi igualmente validado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que o aprovou na especialidade, ou seja, artigo a artigo.

No entanto, o PSD apresentou um projeto de resolução para um referendo sobre a despenalização da eutanásia, mas a iniciativa foi rejeitada pelo presidente da Assembleia da República, Augusto Silva.

Isto porque não existiam alterações significativas ao referendo proposto pelo Chega, em junho deste ano, que já tinha sido rejeitado. Esta semana, a Comissão de Assuntos Constitucionais confirmou esta decisão, recusando o recurso apresentado pelo PSD sobre a não admissão do seu projeto de referendo à eutanásia e aprovando o parecer da deputada socialista Isabel Moreira, que o considerou inconstitucional.

Por sua vez, a Assembleia Legislativa da Madeira pede a Marcelo que não promulgue a lei. A região autónoma argumenta que não foi ouvida. A Constituição Portuguesa estabelece que a Assembleia da República deve ouvir os órgãos regionais relativamente a questões respeitantes às regiões autónomas. Sendo este processo um serviço que “mexe” com os serviços de saúde regionais, a Madeira alega que o facto de não ter dado o seu parecer viola a Constituição.

Incels: A Culture of Hate

BY JOANA FERNANDES



Incel (noun), short for “involuntary celibate”
A member of a group of people on the internet who are unable to find sexual partners despite wanting them, and who express hate towards people whom they blame for this.

– Cambridge Dictionary

The involuntary celibacy movement began to gain form, although not as we know it today, in 1997 when a woman created a website named “Alana’s Involuntary Celibacy Project”. And thus, what began as a project to create a safe space for both men and women who struggled with intimacy and finding love, later became an all-out “hate movement”.

Although Alana later distanced herself from the website – given the later success in her love life – as she said in a BBC interview, she had no idea the proportions the initiative would take. As we’ll see, it completely migrated to a whole different perspective of what it is to be an “incel”.

A MEU VER

Red pill, blue pill

To truly understand this movement, it's necessary to learn its core beliefs, which leads us to the concepts of redpill and bluepill, and consequently to the Blackpill Theory.

The phenomenon of being exposed to this so-called reality is often explained by establishing a parallel with the Hollywood blockbuster *The Matrix*. Incels, just like Neo – the protagonist – are given a choice between two pills, one that frees the subject of societal illusions created by machines – the redpill – and one that allows them to continue living in blissful ignorance, denying harsh reality – the bluepill.

However, the Blackpill is a philosophy that states that physical attractiveness is the most important factor in determining men's dating success. Genetic and biological factors that affect physical aspects such as bone structure, height, and general appearance, as well as mental capabilities, pre-determine attractiveness and are believed to be the core of what women find appealing. To summarize, everything in the world revolves around looks.

It's truly a deterministic outlook on life, and at its core it doesn't attribute any fault to incels, their actions, and attitudes when it comes to their lack of sexual accomplishments.

With this internet subculture gaining growing attention, incels have been the subject of several studies. Therefore, various investigators have found that these notions further isolate, marginalize, and increase frustration and jealousy of those around them who are perceived to be happy or successful; key factors leading to “*violent impulses*” exacerbated by feelings of revenge.

The bluepillers are sometimes described as “*the unwoke*”, but commonly called “*normies*” – an average person – in the “*manosphere*” – male-dominated online communities.

Men who consider themselves part of Inceldom are convinced that they're condemned to a life of involuntary celibacy and in the shadows of people who are predisposed to be successful in their worldview, not because they deserve it but because they were, at best, lucky in the genetic lottery.



A MEU VER

Common Ground

When finding myself across the various infamous online forums, first developed on Reddit, Facebook, and 4chan, filled with raving incels and their theories about society, I could not suppress my curiosity. Ultimately, I found myself going into a downward spiral where every thread shows progressively increasing abhorrent statements and an inkling towards extremist ideals, and sometimes actions.

Even so, the website Reddit was the first home to the biggest incel forum – r/Incels – until it was banned in 2017 for violating the site’s guidelines, at a time when it reached more than 40 000 users and millions of posts.

Forums like these serve as solace for many incels. It’s the only place where they find people who think the same way as them, and where they find a sense of comfort and acceptance to express their “views”. Consequently, isolation and further unconformity become key factors common in people found on these sites; it wasn’t rare to find members amounting, on *average*, dozens and sometimes even hundreds of *posts a day*.

However, it’s important to consider that this movement, or even ideology, is not hegemonic. There are different belief systems and so, incels are, as of now, loosely organized.

A MEU VER

Furthermore, their main stage is the internet, given its easy accessibility and outreach to new members. In their shared dialogue, incels appear to be extremely sectarian and subscribers of an exaggerated categorization of groups of individuals with characteristics which determine what place they fit in the social construct built according to their philosophy.

They've got no clear political affiliation but have been connected to far-right movements and extremist religious groups. Nevertheless, according to Alex DiBranco, they do exhibit the same objectives as any other extremist political movement: *“to completely change the culture and political society in favour of their group”*.

Online Forums

A specific nomenclature is used not only when referring to certain people such as the *Chad's* and *Stacy's* – term to describe the highest people in the attractiveness hierarchy, often using a scale from 1 to 10 – but to the content of their posts. For example, *SuicideFuel*, *LifeFuel*, *ER fuel* are just some of the common categories found in forums that indicate to members what they are about to read. The suffix ‘fuel’ signifies an incentive to something, whilst the prefix indicates what.

The most perplexing one to the reader might be the third one – ER fuel.

(U) They are owed attention from “Beckys.”⁹

(U) Most Incels believe only men can be Incels as women could engage in sexual activity if they wanted to.¹⁰

The Becky	The Stacy
feminist	Lushes natural blonde hair
needy	hates basic bitches like becky
needs to be dominant one in relationship	Cucks every man she ever knew when Chad shows up
average 6/10	shows off body online because she knows she can make big money off virgin losers
will likely die hair green, pink or blue after attending college	Always had attention, enjoys alone time
friends are white knights that defend her stupid opinions online	Let's Chad dominate her
Post provocative pictures because she needs attention	10/10 at 3.14

(U)11

(U) EXTREMIST CONNECTIONS AND ATTACKS

(U/FOUO) The majority of Incel online activity falls under First Amendment protected speech. Following the Toronto attack, there was increase in discussion of conducting a variety of attacks.¹² Members primarily use online forums such as 4Chan, 8Chan, incel.me, and Reddit.¹³ These are

“ER” stands for “Elliot Rodgers”, one of the most prominent incel “heroes” to this day with the self-given title of “The Supreme Gentleman”. This 22-year-old college student, an avid user of these forums, killed 6 people and injured 13, in a stabbing and shooting spree, in 2014, in Isla Vista, California, before committing suicide. So, this term encourages incels to commit violent attacks such as these, often calling for the maximum casualties possible.



A MEU VER



Elliot Rodger – the Martyred Saint

A 141-page manifesto written by Elliot Rodger was later discovered, entitled 'My Twisted World – The Story of Elliot Rodgers' in which he goes on to talk about his home life, how unjust the world is to him, and how he deserves attention from girls, but they *“are incapable of seeing the value”* in him; further propelling his hate towards women and forcing him to *“endure an existence of loneliness and insignificance”*. He often expressed his appetite for violence alongside his victimhood, saying *“those girls deserved to be dumped in boiling water for the crime of not giving me the attention and adoration I so rightfully deserve!”*.

Elliot's last YouTube video was further evidence of his premeditated intentions, saying *“(…) this is my last video, (…) the day in which I will have my revenge against humanity, against all of you”*; calling his murderous attack *“Retribution Day”*.

Racism, antisemitism, homophobia, and transphobia are also prevalent in incel discussions. Rodgers, like many others like him, often used slurs pertaining to different races, propagating stereotypes. In his manifesto, Rodgers further showed his prejudice not only, for example, against black people, *“How could an inferior, ugly black boy be able to get a white girl and not me? (…)* He is descended from slaves. I deserved it more.”, but also women, *“Females truly have something mentally wrong with them. Their minds are flawed, (…)”*.

Rodgers would later come to inspire another incel, Alek Minassian, who used a rented van to run over pedestrians, murdering 10 people and injuring 14. When in police custody, Minassian declared he wanted to inspire an *“incel uprising”* and that he was satisfied with his *“accomplished mission”*.

Minassian, like Rodgers, would later be “canonized” for his accomplishments for the “cause”; both having online defenders that expressed admiration and sympathy for their situation, *“They were martyrs in an oppressive world fighting against injustices (…)*. God bless the martyrs St. Elliot (PBUH), St. Alek (PBUH) (…)” - Peace Be Upon Him (PBHU).

A MEU VER

Even though there isn't one particular religion associated to the movement, incels broadly borrow ideas from various creeds and use it as a means to justify their misogynistic – *“Now more than ever we need a very strong religious leadership to control the foids”* – and homophobic views. The strongest and most noticeable *“common ground”* found with Abrahamic religions, is the shared *“historical view of masculinity and gender”* and the fact that men are the traditional receivers of God's word.

Food for Thought

Women are considered subhuman so, inevitably, feminism is essentially seen as a *“man-hating”* philosophy so naturally, the debate surrounding autonomy and consent is to many incels, absurd.

Many defend that *“men must be in charge of every single important decision for them [women]”*, and to some rape either doesn't exist because *“to consent you need free will and intelligence fembots have neither, they are just robots who produce children”* or it should be legalized and considered normal given that society is at fault for expecting *“men not to commit acts of violence, despite significantly ruining the quality of life for the collective male populace”*.

According to The Washington Post, the Centre for Countering Digital Hate analysed, as of September 2022, more than 1 million posts and found that there's a rising advocacy of rape and mass killings.

Alerting for real-life consequences of poorly moderated social media that gives platforms for glorification of violence and paedophilia (as happened with the now banned pornography site *“GirlsDoPorn”*, which targeted underaged victims).

From this sample of an *“Incel Forum”*, they concluded:

- 59% increase in terms and codewords related to acts of violence
- Mentions of rape every 29 minutes, with 89% of posters supporting sexual violence against women
- 53% of users are supportive of sexual violence against children
- 1 in 5 posts feature hate hate-speech



Incel Terrorism?

According to a study conducted by Bruce Hoffman, Jacob Ware, and Ezra Shapiro, violence at the hands of self-proclaimed incels has claimed the lives of 50 people. To better determine what “incel violence” is, these investigators determined 4 categories: clear incel-motivated terrorist attacks; evidence of incel ideological influences; perpetrators being self-professed involuntary celibates; and ex post-facto inceldom. Consequently, experts are divided between the counterterrorism lens, and the public health one (considering the high levels of mental illness and bullying amongst incels). Either way, the need for a solution is evident.

How can we deal with this seemingly “invisible” online threat? Researchers and public officials wonder the same.



Portugal: que futuro?

POR NATACHA PERNAS



O final do ano é frequentemente uma época em que se fazem balanços, analisa-se criticamente o ano que finda e conjetura-se acerca do futuro que se avizinha. Proceder a uma reflexão crítica permite entrar num novo ano conscientes de que mudanças urgem ser feitas - também no campo político esta prática é profícua.

Desde o início do milénio, crises de diversas naturezas assolaram o mundo: em 2001 um ataque à cidade que nunca dorme apavorou o mundo em 2008 uma crise de natureza financeira arrasou as economias mundiais e contribuiu fortemente para a inevitabilidade da intervenção externa em Portugal, anos mais tarde uma crise migratória obrigou o continente europeu a confrontar-se com um dilema entre segurança e solidariedade, em 2020 uma crise pandémica fechou em casa milhões de pessoas, dois anos depois a guerra - um cenário que nos parecia tão distante - regressou ao velho continente.

A MEU VER

Em 2011, pela terceira vez na nossa história económica recorreremos à ajuda financeira externa. Na sequência de uma crise económica que tivera lugar três anos antes, após um aumento constante de despesas públicas, défice orçamental em níveis históricos e a ausência de crescimento económico tornou-se inevitável a intervenção da Troika em território nacional. Procedeu-se a alterações na política económica que permitiu que três anos volvidos a intervenção findasse. Portugal não voltaria a ser o mesmo, a política nacional tornar-se-ia imprevisível: em 2015 quem ganhou as eleições não governou e coligaram-se os três maiores partidos políticos à esquerda para evitar que a direita subisse ao poder. Sete anos depois uma maioria absoluta apanhou de surpresa a nação.

O orçamento de Estado do presente ano revela quais são as prioridades do executivo e as áreas que são deixadas de lado. Mais uma vez o crescimento económico não está no topo das prioridades, se assim continuar a cauda da Europa não se limitará a uma mera questão geográfica, dirá também respeito à prosperidade.

Enquanto existir a assunção de que o crescimento económico está desligado da melhoria das condições de vida continuaremos a viver num país com salário baixos. A estagnação económica não é uma fatalidade e não é alheia ao exercício do poder político e das escolhas feitas.

Os diagnósticos estão feitos, há muito que sabemos que o futuro está repleto de desafios, cuja resolução implica proceder a reformas estruturais, falta é vontade, ou melhor dizendo, coragem para as fazer.

Dados do Eurostat revelam que apesar de a carga fiscal portuguesa estar abaixo da média europeia, o esforço fiscal é o 6º maior. Contrariamente ao expectável, os serviços públicos a que os portugueses têm acesso estão longe de estar ao nível dos impostos que pagam.

O Serviço Nacional de Saúde possui um problema estrutural e o governo teme em não o aceitar, esquece-se apenas que a inação surte mais efeitos do que a ação, adiar reformas não evita a necessidade de que sejam feitas, pelo contrário, contribui para que no dia em que a coragem para as fazer emergja o grau de degradação do serviço requeira um nível de intervenção ainda mais profundo. Constatar este facto não é ser inimigo da prestação do serviços de saúde por entidades públicas, é sim estar do lado do utente cujo único objetivo da deslocação a uma unidade de saúde é o tratamento, pouco ou nada interessa a natureza de quem o presta.

A MEU VER

O fenómeno de "brain drain" – fuga de cérebros – cresce acentuadamente em Portugal. Exportamos o futuro! Cada jovem que sai leva com ele ambições, projetos e conhecimento que tão preciosos contributos dariam ao país.

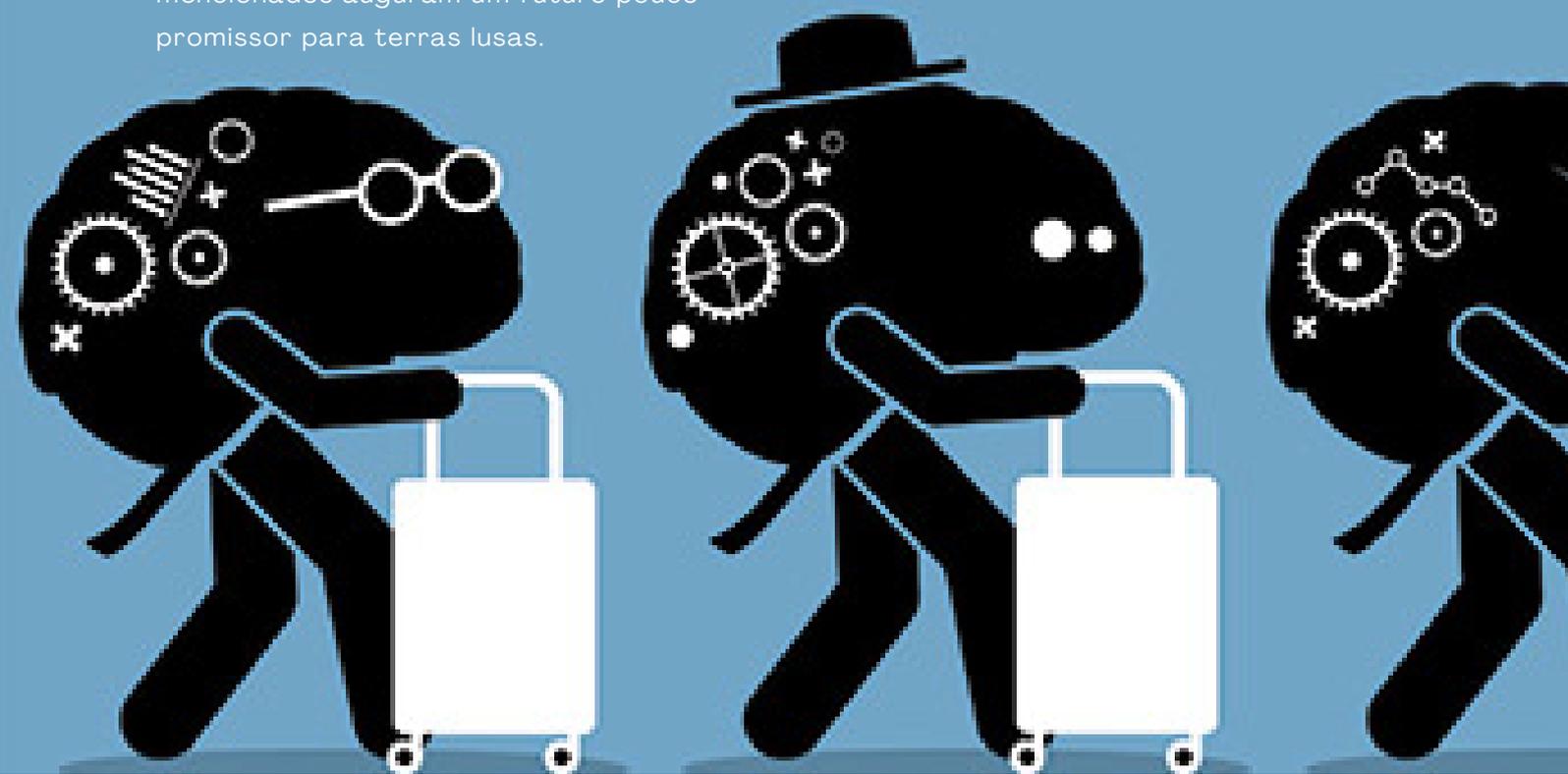
Lamentavelmente, a sua terra natal não está à altura dos seus sonhos. Possuem a legítima aspiração de ser, receber e alcançar mais, infelizmente isso tem o custo da não retenção dentro das fronteiras nacionais da geração mais qualificada de sempre. O Diário de Notícias, a 12 de dezembro dava a conhecer as razões que motivam a saída dos jovens: o salário, a estabilidade e o reconhecimento. Os que não colocam a mala às costas ficam mais tempo em casa dos pais do que desejam: Portugal ocupa o topo da lista de países europeus em que os jovens mais tardiamente saem de casa, aos 33,6 anos.

A combinação dos indicadores previamente mencionados auguram um futuro pouco promissor para terras lusas.

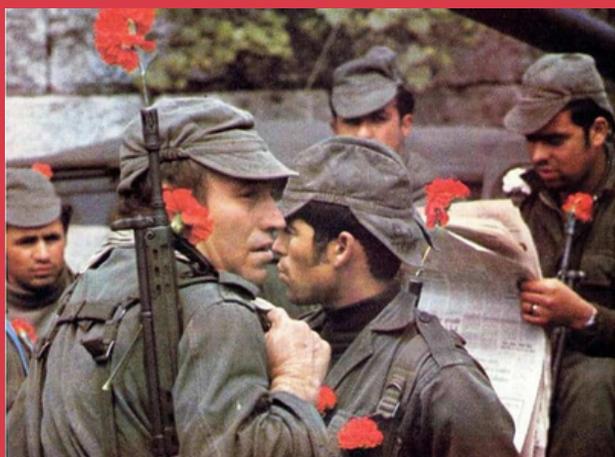
Há algo incontornável: sem alteração de estratégia não se alterarão resultados!

Se a narrativa não se alicerçar em factos rapidamente será desmentida pela realidade, como sucede com tanta regularidade: não, não estamos a ganhar 7-0 ao FMI como mencionado pelo chefe de executivo no que diz respeito às previsões de crescimento económico e não, a falta de literacia financeira não foi suficiente para que os reformados, a quem é prometido o céu e a terra, não se apercebessem que a atribuição de um suplemento extraordinário no valor de meia prestação em outubro culminaria na redução do aumento a partir de janeiro.

Algumas das conquistas da Revolução dos Cravos representam hoje desafios a que temos de saber responder, entre as quais o Estado Social.



A MEU VER



Os números são esclarecedores: sem apoios sociais 4,4 milhões de pessoas são pobres ou têm rendimentos abaixo do limiar da pobreza, valor fixado nos 554 euros mensais. O Estado Social, enquanto organização político-económica que coloca no centro o Estado como agente da promoção social não deve fomentar a dependência dos cidadãos, deve pelo contrário promover a sua emancipação de modo a que a curto-médio prazo deixem de ser reféns de transferências sociais.

O elevador social, que deveria ser o garante da igualdade de oportunidades, revela sinais de profunda degradação: a lotaria social e económica é cada vez mais determinante e condiciona as possibilidades de sucesso. Somente se assegurarmos que a posição económica não determina as oportunidades dadas aos indivíduos ao longo do seu percurso, conseguiremos garantir a diminuição das desigualdades.

Países cuja proximidade ao epicentro da guerra é maior, conseguem obter resultados económicos manifestamente mais positivos que os nossos.

A notícia de que Portugal viria a ser ultrapassado pela Roménia surgiu na manchete do Jornal Expresso a 24 de novembro. Tal facto deve deixar-nos no mínimo preocupados, no máximo inconformados - algo de errado os nossos decisores políticos estarão a fazer, ou melhor dizendo a não fazer.

Não há dia em que os jornais não relatem o caos em que se encontram áreas como a justiça em que até papel falta, na defesa em que se perpetuam no executivo ex-detentores de cargos públicos cuja legitimidade política é altamente questionável, à saúde em que utentes em deslocações ao serviço de urgência do Hospital de Santa Maria são confrontados com tempos de espera superiores a 14 horas.

Nenhum de nós pode ficar indiferente aos factos - compactuar com a perpetuação de uma estratégia que prova diariamente que não merece que nela seja depositada confiança torna inevitável o nosso insucesso coletivo.

Demissões de ministros à segunda, afastamento de secretários de estado à terça, espelham a estratégia errática ou no limite a ausência de estratégia de governação. Um ato que devia ser pontual tornou-se parte da rotina de um executivo com pouco mais de oito meses de existência.

A MEU VER

Dia após dia temos conhecimento de um caso aqui outro caso acolá, a maioria tem uma particularidade em comum: os envolvidos estão diretamente ligados ao arco da governação. Sabemos disso, encolhemos os ombros e avançamos como se nada connosco fosse e como se estivéssemos condenados a ter uma classe política que perpetua uma cultura de impunidade e tem pouco apreço à prestação de contas e assunção de responsabilidades. Falta a Portugal uma verdadeira cultura de exigência face ao poder político: promessas são feitas para serem cumpridas, não quebradas. Palavras leva-as o vento e o tempo tem revelado que poucas são as promessas que saíram do papel e surtiram efeitos concretos na prática.

Se a verdade continuar a ser omitida é legítimo que exista e que se perpetue o desinteresse e uma desconfiança permanente face ao poder político. É normal que paire sobre os pensamentos dos portugueses a seguinte questão: será que o nosso fado é estarmos condenados a um atraso centenário?

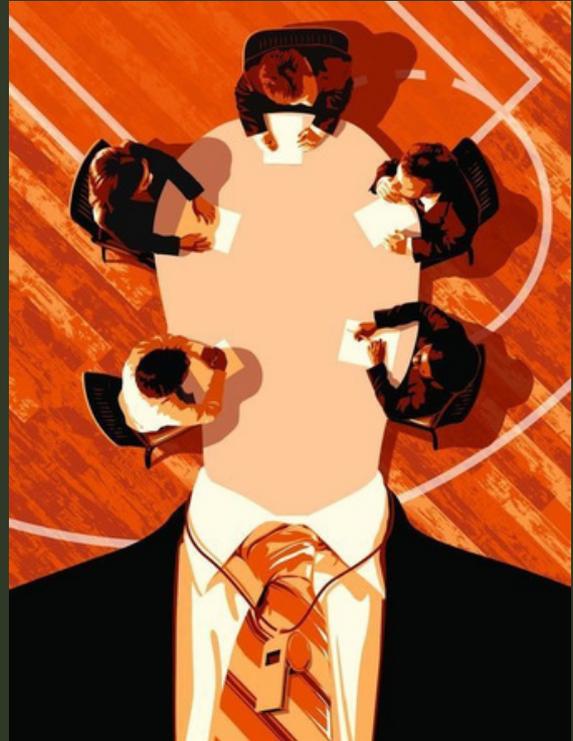


A MEU VER

Fernando Pessoa, notável escritor a quem o dom da palavra foi concedido num dos seus poemas descreveu de forma exímia a postura do português face à vida, cuja atualidade é inequívoca: “*O português é capaz de tudo, logo que não lhe exijam que o seja. Somos um grande povo de heróis adiados. Partimos a cara a todos os ausentes, conquistamos de graça todas as mulheres sonhadas, e acordamos alegres, de manhã tarde, com a recordação colorida dos grandes feitos por cumprir*” : de potencialidades está o país cheio houvesse coragem para executar e certamente seríamos uma grande nação!

Remendar com pensos rápidos problemas estruturais e procurar soluções de curto prazo para questões com raízes profundas conduz o país para uma encruzilhada de onde não sairemos se nos faltar a audácia. Um executivo desprovido de ambição, cujo princípio político orientador é a mera perpetuação no poder, que governa com os olhos postos nas próximas eleições e não nas próximas gerações encaminhar-nos-á para a cauda da Europa.

Brindamos ao futuro mas a inexistência de reformas não nos garantirá que os amanhãs que cantam sejam risinhos. “*To change is difficult. Not to change is fatal*”, frase da autoria de William Pollard resume de forma exímia aquela que tem de ser a nossa postura face ao futuro: inverter o ciclo de estagnação que assola o país há mais de duas décadas tem de ser o desígnio nacional, sejamos corajosos e não nos conformemos pois de temerosos não reza a história!



The Swimmers: *Netflix Movie* *Review*

BY NADA EL-MAJRI



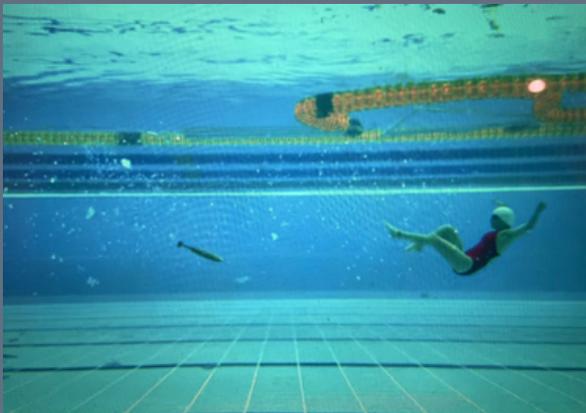
I knew even before logging into Netflix to sit down and watch this with my mother, that we would end up in tears. Tears of trauma and pain, but also tears of pride and joy. I want to tell you all why. If you don't want any spoilers to the film, maybe don't read this movie review just yet and go give it a watch.

Directed by Sally El-Hosaini; a Welsh-Egyptian film director and screenwriter; '*The Swimmers*', is an incredibly touching movie that documents the tragic, true tale of Syrian sisters, Sara and Yusra Mardini. The Mardini sisters came from Darayya, a suburb of Syria's Damascus, and fled their home at the height of the Civil War in 2015. Raised by their mother and father, they had a little sister, Shahad, and a pet canary, Lulu.

Their father was their swimming coach, and dreamed that one day his girls would represent their country at the Olympics. When the situation in Syria began to get more volatile, Sara and Yusra, scared for them and their family's safety, begged their father to see reason and allow them to immigrate to Germany with their cousin, Nizar.

A MEU VER

The sisters had seen many of their friends die in the daily bombings, and had come very close to death themselves several times, but then came the day, during a national competition that Yusra was participating in, their sports facility was bombed. A striking scene of the movie shows Yusra in the pool with a rocket that had landed in the water, pointing towards her, almost hitting the ground. Eventually, it doesn't end up exploding.



Their father agrees to send them to Germany, as long as they follow the route he planned out for them. They were to take a flight to Istanbul, and from there hire a smuggler to get them through the Bulgarian route to Germany. Instead, due to the sheer dumb confidence their cousin Nizar had in his leadership skills, they arrived in Istanbul, got a bus to the coast and then onto a boat headed for Lesbos, Greece.

A treacherous and near fatal ride across the Aegean Sea ensued, in an overcrowded rubber dinghy meant for six to eight people, but carrying eighteen.

After the motor failed, the boat started to sink halfway through the journey. Sara and Yusra tied the dinghy's rope around themselves and jumped into the water, to lighten the boat and prevent it from capsizing. **The Mardini sisters swam the Aegean Sea for three hours, pulling that dinghy behind them, until they reached Greek land.** The image El-Hosaini portrays of those passengers struggling to keep calm while the dinghy starts to fill up with water is heartbreaking, and reminded me of these lyrics the Tunisian rapper Balti sings in his song, 'Âlo',

*Hello my dear, what sent the youth to Italy?
They drowned in the high waves of the sea!
Hello? Hello? Hello, my life, where are you?
Hello, my friends, where are you?
Hello, my father, where are you?
Hello? Hello? Hello, send my dearest mother my love,
I'm living in a place full of strangers
& I don't know where my home is...*

According to the Human Rights Watch, nearly 25,000 refugees have drowned in the Mediterranean Sea since 2014.

Having arrived in Greece, they make their way to the Lesbos UN refugee camp to settle down, before continuing their journey forward. Along it, they encountered human traffickers, survived rape attempts, got ripped off by smugglers and left in the middle of unknown land, withstood indignation, and faced months of red tape and slow German bureaucracy while awaiting asylum.

A MEU VER

It was in Berlin, while staying at their refugee housing, that the girls met Sven Spannenkrebs, a swimming coach that agreed to start training Yusra for the Rio de Janeiro 2016 Summer Olympics, representing the Refugee Olympic team. She competed again in the 2020 Tokyo Olympics, finally achieving her and her father's dream, and lifting her family's head high.



El-Hosaini so gently conveyed the reality of the injustices of war that millions of people face all over the world. The neverending bureaucracy and endless waiting, just to be accepted and seen as a person worthy of having a new home. I would be a liar to say I can completely understand the pain, fear and grief of the Mardini sisters, as they swam across that sea and faced all those horrors.

But I can relate to the stigma and taboo of being a refugee, or of even uttering the words, “refugee” or “asylum”. I can relate to the stereotypes, the xenophobia and the racism. But most frankly, I can relate to some of that pain, fear and grief I spoke about earlier. I, like the Mardini sisters; Yosra, Dana, Genwa and Nour, and every other beautiful Arab soul that I've met in my short lifetime, had to leave our homes due to the same reasons. Our countries set on fire around ten years ago, and no one's come to help put them out since. We've lost family members, homes, friends and childhoods that we can never bring back, and we picked ourselves up, packed whatever belongings we could, and settled in completely new places. We can all bond in those common experiences.

But for what reason? What reason could be so good enough to justify all this sacrifice, loss and hurt? Why are Syria and Libya completely decimated? Why has Palestine been under oppression and apartheid for over seventy years? Why was Iraq destroyed by an invasion under false pretences? Why are the Yemenis fighting a war against each other when their children are starving to death? Why is Lebanon still cleaning the dust and rubble of the Beirut bombing two years ago?

A MEU VER

I guess I can never really answer those why's, but what I can state with confidence is that if you ever encounter an Arab meeting another, in foreign lands, you will feel that unbreakable bond of love and pain shouting at you from across the room, like a twin meeting its lost counterpart after so much time away. This movie broke my heart, and then immediately restored it, reminding me that through anguish comes an even stronger feeling of pride for having a story like mine, and being able to share a story like the Mardini sisters, who have permanently inspired me, and I hope, you too.



(Cria)tividade



(Cria)tividade

VERRSCHNEITE TAGE:

Inês Gaurim



NEVE EM KONSTANZ

FICHA TÉCNICA

Diretor-Geral Editorial Tomás Pires

Diretora-Geral Adjuntos Constança Martinho e João Dias

Diretora de Arte e Forma Nada El-Majri

Diretor de Conteúdo Martim Dinis

Diretora de Comunicação Francisca Cosme Ferreira

Chefe de Redação Inês Gaurim

Tesoureira Patricia Neruça

Tens interesse em escrever, fotografar ou contribuir de alguma maneira para a nossa revista digital?

*Na **Da Democracia em Portugal** estamos sempre à procura de novas vozes empenhadas em defender a democracia e a liberdade através da escrita e da criatividade.*

*Se isto és tu, então contacta-nos através de **dademocraciaemportugal@gmail.com** para saberes como te podes candidatar para aderir à nossa equipa.*

Ficamos à tua espera!



